

## Confederação apresenta raio-x do Executivo a equipe de transição de Lula e quer reunião

A Condsef/Fenadsef esteve nessa quarta-feira, 23, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, onde trabalha a equipe de transição do governo Lula. A entidade protocolou documento com um raio-x da situação atual dos serviços públicos. Um panorama da maioria dos órgãos que compõem o Executivo Federal no Brasil e os impactos dos últimos anos de políticas ultraneoliberais que promoveram um profundo desmonte em políticas públicas que vem impactando de forma preocupante os direitos garantidos pela Constituição da maioria da população.

"Nos últimos anos, o setor público brasileiro passou por várias transformações, sobretudo nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, no sentido de fragilizar, ainda mais, os serviços públicos aos brasileiros e suas respectivas estruturas administrativas.

Sendo assim, é imprescindível



que a equipe de transição, como também o governo eleito, priorizem o debate relativo ao setor público, na qual requer que passe por um processo de revisão generalizada e por completo, na qual, dentre outras questões, sejam avaliadas as perdas significativas dos postos de trabalho ocorridas em praticamente todos os órgãos do setor público federal, como também estadual e municipal." - inicia o documento que pode ser visto na íntegra aqui.

O levantamento teve contribuição da subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef e passou pelo debate e revisão de representantes dos departamentos das filiadas à Confederação que estiveram reunidas na semana passada no primeiro encontro presencial do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) desde 2020. A reunião foi realizada de forma híbrida com participações também via Zoom.

Fonte: Condsef

### Planária Nacional da Funai

A Condsef/Fenadsef convocam os servidores da Funai para participarem da Planária Nacional Informativa, que acontece de forma online neste sábado, 26, [via plataforma ZOOM](#).

Na pauta os trabalhadores vão debater e deliberar sobre a seguinte pauta:

- Informação sobre o processo de negociação decorrente da greve;
- Próximos encaminhamentos face à nova conjuntura política.



## AVISO

Informamos aos nossos filiados, colaboradores e o público em geral que em função dos jogos do Brasil, durante a Copa do Mundo de Futebol, os horários de expediente nesses dias serão os seguintes:

*Dia 24/11 (quinta-feira)	até às 12h
*Dia 28/11 (segunda-feira)	até às 11h
*Dia 02/12 (sexta-feira)	até às 12h

Pedimos a compreensão e colaboração de todas e todos.

**A Direção**



## Moraes multa PL, partido de Bolsonaro, em R\$ 22 milhões por má-fé

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, indeferiu pedido do PL, que exigia investigação das urnas eletrônicas fabricadas antes de 2020 e eventual anulação do resultado do segundo turno da eleição. Moraes condenou o partido do presidente Jair Bolsonaro, derrotado na eleição deste ano, por litigância de má-fé, com multa de R\$ 22 milhões.

A ação não questionou o resultado do primeiro turno da eleição, que elegeu 99 parlamentares do PL, apesar das urnas usadas terem sido as mesmas. Pediu para anular o segundo turno que deu a vitória a Lula (PT), eleito com mais de 60 milhões de votos.

Além de alegar falha processual e falta de provas e multar por má-fé, Moraes solicitou abertura de inquérito contra o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, por desvio de finalidade do uso da máquina partidária, bem como do fundo partidário, e de Carlos Rocha, engenheiro responsável pelo Instituto Voto Legal, que elaborou o relatório que baseou a ação do PL. A apuração vai focar em "possível cometimento de crimes comuns e eleitorais".

Em sua decisão, o presidente do TSE também suspendeu o fundo partidário das siglas que integram a coligação Pelo Bem do Brasil, de Bolsonaro: Republicanos e PP.

Ao longo de 2021, o PL recebeu R\$ 48,7 milhões do fundo partidário. Já o PP, R\$

47,6 milhões, e o Republicanos, cerca de R\$ 46,7 milhões.

Na petição inicial em que pediu anulação da eleição, o PL afirma haver uma falha no log do código de registro das urnas eletrônicas fabricadas antes de 2020 que impede a identificação individual delas, gerando incerteza sobre o resultado. Essa incerteza, no entendimento do partido, só seria resolvida com a anulação do resultado dessas urnas que representam mais da metade do pleito. Com isso, seu candidato, Jair Bolsonaro, sairia vencedor.

A primeira versão da petição pede a anulação somente do segundo turno das eleições presidenciais. Em resposta, Alexandre de Moraes solicitou que incluisse também o pedido para o primeiro turno, onde o PL obteve um grande número de vitórias eleitorais, uma vez que foram utilizadas as mesmas urnas. O partido insistiu em solicitar apenas providências sobre o segundo turno, especificamente o presidencial.

Alexandre de Moraes afirma que, mesmo sob a justificativa do PL de dar celeridade ao processo e não comprometer as gestões estaduais, a exigência somente para o resultado eleitoral não faz sentido. "No mínimo, do ponto de vista rigorosamente processual, se fosse para discutir de modo específico o segundo turno, a requerente também haveria de controverter as eleições de Governadores que igualmente ocorreram na segunda volta e nas mesmíssimas urnas", afirmou na decisão em que indefere a petição.

Além de considerar que a petição não atende requisitos processuais, a suposta falha apontada pelo partido no log das urnas não confere. "As urnas eletrônicas possuem variados mecanismos físicos e eletrônicos de identificação. Esses mecanismos são coexistentes, ou seja, são múltiplos e redundantes para garantia e resguardo da identificação individual das urnas. Aliás, também é assim para proteger e resguardar os próprios votos sigilosos depositados nas urnas eletrônicas", apontou. A equipe de tecnologia da informação do TSE também verificou o logo, e atestou que não confere a narrativa de que as urnas anteriores a 2020 teriam todas o mesmo número de patrimônio.

Moraes ainda declara que houve "total má-fé" do partido "em seu esdrúxulo e ilícito pedido, ostensivamente atentatório ao Estado Democrático de Direito e realizado de maneira inconsequente com a finalidade de incentivar movimentos criminosos e anti-democráticos", acusando o partido de litigância de má-fé (abertura de processo visando não a resolução de um conflito, mas prejudicar propositalmente algo ou alguém).

Diante do ocorrido, Moraes impôs ao PL uma multa de R\$ 22 milhões, correspondente a 2% do valor da causa. Até o pagamento da multa, o partido fica com acesso bloqueado ao fundo partidário, e os empenhos ficam suspensos.

Fonte: CUT